

BRAGUE, Rémi. *O tempo em Platão e Aristóteles*, Trad. de Nicolas Nyimi Campanário, Edições Loyola, São Paulo, 2006, 197p.

A tradução escorreita desta densa obra de R. Brague para o português é duplamente bem-vinda. Primeiro, por disponibilizar para o leitor brasileiro quatro importantes ensaios sobre o problema do tempo na Antigüidade Grega, mais especificadamente sobre o tratamento dispensado a esse tema por dois de seus principais pensadores, a saber, Platão e Aristóteles. Em segundo lugar, por oferecer aos estudantes de filosofia antiga um belo modelo de método de investigação nessa área, diga-se de passagem, cada vez mais representativa no nosso país.

O texto original do autor, publicado pela primeira vez na prestigiosa *Presses Universitaires de France* (PUF) em 1982, recebeu duas reimpressões na França nos anos de 1995 e 2003, o que, por si só, já é um indicativo da importância desse livro.

A origem do mesmo foram quatro apresentações orais realizadas pelo autor no célebre *Centre Leon Robin* na Universidade Paris-IV durante os anos 1978 e 1979, anos durante os quais os trabalhos expostos no referido grupo de pesquisa voltaram-se exclusivamente para a análise

do problema do tempo na Antigüidade.

O texto divide-se em quatro textos, dois relacionados ao problema da discussão do tempo em Platão e dois que analisam a mesma problemática no âmbito da filosofia aristotélica. O livro é provido também de um índice das citações de autores antigos, bem como de um índice onomástico de autores modernos, úteis instrumentos de pesquisa desses sucintos, porém, densos ensaios.

O primeiro texto analisa a célebrima passagem do *Timeu* (37d), onde o tempo é definido como imagem móvel da eternidade, o segundo esmiúça uma controversa passagem do *Político* (271 d 3-6), o terceiro visa esclarecer uma enigmática expressão cunhada por Aristóteles, a saber, a expressão *hó pote ón* que aparece na *Física* IV, 11 e 14 e o quarto e último detém-se na análise de um passo do livro Zeta da *Metafísica* (1, 1028 a 31ss.) que trata da prioridade temporal da substância.

No primeiro ensaio, Brague se detém na análise da célebre fórmula atribuída a Platão que define o tempo como “imagem móvel da

eternidade” (*Timeu* 37d). O autor mostra após uma minudente investigação das fontes exegéticas antigas e da estrutura lexical e sintática do texto grego da referida frase, bem como de sua contextualização no interior do *Timeu*, que houve um pequeno deslocamento do sujeito da frase, desde que, na verdade, é o céu e não o tempo que é a imagem da eternidade. Essa exegese, contudo, não foi aceita pelos mais recentes tradutores desse diálogo platônico, como, por exemplo, Zekl (1992), Brisson (1992) e Fronterotta (2003), o que, portanto, deve nos colocar em alerta a fim de não aceitá-la dogmaticamente, mas também de sobre-aviso em relação aos zelosos especialistas que não vêm com bons olhos a intromissão de um não especialista em seu campo de pesquisa. De qualquer forma, o ensaio em questão é riquíssimo tanto para a compreensão do texto grego e de seu contexto no *Timeu* quanto na reconstrução de como a tradição exegética antiga procurou interpretá-lo, sendo, portanto, em minha opinião, um texto incontornável para quem quiser pesquisar esse tema.

O segundo texto, igualmente dedicado a Platão, desta vez a uma enigmática passagem do *Político* segue a mesma estratégia do anterior. Aqui a atenção do autor recai sobre uma passagem em particular, a saber, 271 d3-6, que desde Schleiermacher foi, segundo o autor, mal compreendida quanto confrontada com o texto

manuscrito, pois se supôs nela uma divisão interna que o texto do manuscrito parece não corroborar. Ora, novamente aqui Brague tenta recuperar o sentido original pela discussão da exegese proposta pelos filólogos, bem como pela contextualização da frase no contexto do diálogo. Aliás, nesse texto ele nos faz uma interessante observação metodológica, a saber, a de que na análise de uma obra de Platão, só deveríamos estabelecer uma comparação entre os diálogos após haver esgotado a explicação imanente do mesmo (p.94). Neste caso, isso significa associar essa passagem ao mito de Cronos. A relação entre Cronos e Zeus, bem como entre a humanidade que vivia sob um e outro reinado é interpretada pelo autor na ótica de uma evolução de um período não filosófico para um período filosófico.

O terceiro ensaio visa escrutinar minuciosamente todas as ocorrências da expressão *hó pote ón* que aparecem no *corpus* aristotélico a fim de elucidar a ocorrência desta expressão no tratado do tempo. Neste texto, como no primeiro relativo ao *Timeu*, vemos o trabalho minudente do autor tanto na exposição das particularidades sintáticas e semânticas da fórmula sob análise quanto na investigação historiográfica de suas exegeses que aqui tem como ponto de referência um célebre estudo de Torstrik publicado em 1857 (que aparece erroneamente citado na p.111 da tradução como sendo de

1867) que após a discussão da fórmula em questão mostra que ela, na verdade, quer indicar o substrato. Também aqui, como no primeiro ensaio sobre o *Timeu*, a análise de Brague é exemplar, ainda que ela possa não ser aceita por muitos intérpretes e tradutores (p.ex. Vigo, 1995), como no caso da análise que ele faz de uma célebre fórmula do *Timeu*. A ênfase de Brague recai sobretudo no estudo da primeira ocorrência da expressão em 219 a20-21 que deve, segundo ele, servir de base para a compreensão de seu emprego subsequente. O objetivo do estagirita em todas as passagens em que a expressão *hó pote ón* aparece é a de utilizá-la para assinalar uma diferença entre dois planos de análise que indicam respectivamente a identidade e a diversidade. Assim, sob o aspecto da identidade, representado por essa fórmula (por isso mesmo traduzida tradicionalmente como substrato) o tempo é idêntico ao movimento, por outro, indicado pela expressão *to eînai*, o tempo é diverso em seu ser mesmo do movimento. Não é possível, contudo, mesmo que seja para discordar da proposta de Brague em relação a essa expressão, ignorar o seu texto, já clássico na discussão sobre esse assunto, tal como outrora o fora o texto de Torstrik.

Por fim, o último ensaio do livro refere-se a um passo da *Metafísica* que trata da prioridade da substância quanto ao tempo (*Metaph. Z*,

1028 a31ss). Do mesmo modo que nos demais ensaios, Brague procura aqui reconstruir a passagem em questão somente após um cuidadoso estudo de toda a tradição exegética progressiva (antiga, medieval e moderna). O autor constata então que a prioridade da substância quanto ao tempo nada mais significa do que a prioridade *cronológica* da questão da substância (p.175) e propõe por fim não só a reconstrução da lógica interna dessa passagem, mas aponta também a origem de seu obscurecimento pela tradição exegética a partir de Miguel de Éfeso.

Como o leitor atento logo se aperceberá na leitura desses densos e eruditos ensaios, a estratégia do autor é sempre a de partir de uma acurada análise de uma passagem do texto grego, a seguir, de contextualizá-la e de inventariar o percurso exegético a que foi submetida, quer na Antigüidade quer na Modernidade, com o intuito de tentar reconstruir a mesma levando em conta para isso tanto o seu contexto textual mais imediato, como, em seguida, a coerência com a obra integral do pensador em questão.

O próprio autor nos adverte em sua brevíssima mas importante conclusão que ele faz “mais questão do método do que de seus resultados” (p.183), dado este ter por função principal abrir novas possibilidades, evitando assim trilhar um caminho pretensamente já conhecido. Preciamente no que diz respeito a essa

busca de originalidade, esses ensaios são particularmente bem-vindos. Em outros termos, não se trata de dogmatizar as análises de Brague, antes de tê-las como exemplos de análises que devemos continuar realizando por nós mesmos com liberdade e espírito crítico. A finalidade de sua acurada exegese histórica é a de, nas palavras do autor, “fazer surgir a letra daquilo que foi pensado outrora, arrancando-a dos sedimentos que a cobrem” (p.184). Mas que não se pense que o objetivo visado pelo autor é então o de ingenuamente chegarmos a ter um contato imediato com o texto do autor tal qual ele o escreveu, pois é somente por meio da mediação das diversas camadas exegéticas, que não são de todo estranhas ao sentido do texto original, que podemos pretender resgatá-lo em seu sentido primevo e não acreditando poder evitá-las. Na verdade, a intenção primordial do autor é a de mostrar que “é possível um acesso ao que outrora foi pensado pelos filósofos gregos” (p.185). Um acesso que Brague julga essencial para nós, ou seja, a sua intenção maior é a de “permitir que os filósofos gregos voltem a ser fontes vivas para o pensamento mais moderno” (*idem*).

Ora, apesar da intensa pesquisa histórica levada a cabo nos últimos decênios essa interlocução muitas vezes não passa de uma “repetição cansativa” ou de uma paráfrase do texto antigo em discussão. Por outro

lado, não é possível pretender estabelecer esse diálogo com os autores gregos sem “a humildade da pesquisa filológica”. Devemos, portanto, aos olhos do autor, rumor nessa direção evitando tanto os perigos de análises históricas acuradas, mas estéreis, quanto de reflexões ousadas, mas desprovidas de um mínimo conhecimento textual que nos é fornecido pelo aparato filológico. Assim, então, deveremos ler seus quatro ensaios como exercícios exegéticos que procuram se equilibrar entre a erudição filológica vazia e a interpretação filosófica original mas desprovida de apoio textual.

Devemos ler seu livro, portanto, como uma orientação para a nossa meta e não como um destino final, como um roteiro de pesquisa e não como um novo dogma. Em uma época como a nossa (mas em que outra isso não foi assim?) em que o peso das instituições e do prestígio acadêmico é tão forte é muito salutar ver um exercício de ousadia exegética, ancorada em conhecimento textual, frente ao peso das autoridades muitas vezes pensado como algo incontestável dos intérpretes mais renomados sejam eles os de outrora ou os de agora. Que esse pequeno livro possa servir como incentivo a uma pesquisa séria, mas ousada e original, que maior elogio poderíamos fazer a ele?

Fernando Rey Puente
UFMG
ferey@fafich.ufmg.br